

REVISANDO DADOS ORÇAMENTÁRIOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Bianca Vieira de Andrade¹
Mariana da Silva Nascimento²
Mariana Duarte de Souza Rolim³
Stella Marcia de Moraes Santiago⁴

RESUMO

Este artigo tem por objetivo apresentar os dados orçamentários destinados à educação brasileira nos últimos 27 anos, no período de 1995 a 2022, o que corresponde aos governos de: Fernando Henrique Cardoso (de 1995 a 1998 e de 1999 a 2002), Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2006 e de 2007 a 2010), Dilma Vana Rousseff (2011 a 2014 e de 2014 a 2016), Michel Miguel Elias Temer (2016 a 2019) e Jair Messias Bolsonaro (2019-2022). Assim, apresentaremos os investimentos realizados, na educação brasileira. Entendemos que, apenas conhecendo as ações políticas na educação é que podemos compreender a realidade educacional ainda vigente no país. Para isto, utilizaremos documentos e dados oficiais dos respectivos governos, e/ou de órgãos que a este se vincule, com fins de demonstrar como atos políticos governamentais podem impactar diretamente nos rumos da educação do país, desde o momento de sua implementação até os dias atuais. O trabalho aporta-se na pesquisa bibliográfica e documental, tomando por base documentos oficiais e de controle de órgãos do governo ou ligados a este. Como resultados, apresenta como estas ações afetam a realidade de estudantes, professores, profissionais da educação, pesquisadores, de todos os envolvidos direta ou diretamente com a educação brasileira.

Palavras chave: Educação, Política educacional, Dados orçamentários.

INTRODUÇÃO

No intuito de compreender as mudanças político educacionais brasileiras, faz-se necessário entender que ações governamentais e econômicas incidem sobre a mesma. Assim, nos propusemos a pensar os efeitos dos cortes orçamentários na/da educação. Entendemos, ainda que, este não é um problema apenas do tempo atual. Historicamente, a educação tem sofrido com atos políticos que incidem diretamente sobre os recursos financeiros a ela destinados. Em consequência disso, temos um ensino cada vez mais precário, com escolas sucateadas, estudantes desestimulados e professores/as sobrecarregados/as.

Neste artigo, apresentamos alguns dados orçamentários da educação brasileira dos

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande /UFCG, bianca.10.pb@gmail.com;

² Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande /UFCG, ms1174904@gmail.com;

³ Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande /UFCG, mariana.souza@estudante.ufcg.edu.br;

⁴ Professora do Ensino Superior da Universidade Federal de Campina Grande /UFCG, stellammsan@gmail.com.

últimos 27 anos, do período de 1995 a 2022, o que corresponde aos governos de: Fernando Henrique Cardoso (de 1995 a 1998 e de 1999 a 2002), Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2006 e de 2007 a 2010), Dilma Vana Rousseff (2011 a 2014 e de 2014 a 2016), Michel Miguel Elias Temer (2016 a 2019) e Jair Messias Bolsonaro (2019-2022).

METODOLOGIA

Para esta pesquisa, nos pautamos na pesquisa bibliográfica, que é assim denominada por ser elaborada através de fontes bibliográficas, possibilitando ao pesquisador o acesso a diversos dados bibliográficos, de diferentes lugares e períodos, a partir da leitura e análise de livros, periódicos, artigos. Tudo isto com o devido cuidado na obtenção das informações (GIL, 2002).

E na pesquisa documental. De acordo com Gil (2002) a pesquisa documental tem uma certa semelhança com a pesquisa bibliográfica, mas esta se volta a trabalhos que podem ser reelaborados por meio de seus objetivos, visto que, toma por base “[...] arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, tais como associações científicas, igrejas, sindicatos, partidos políticos etc.[...]” (GIL, 2002, p.5), bem como por meio de “[...] cartas pessoais, diários, fotografias, gravações, memorandos, regulamentos, ofícios, boletins etc.” (GIL, 2002, p.5).

Dessa forma, o artigo aporta-se na pesquisa bibliográfica e documental, pois utilizou-se como base de fundamentação, artigos científicos, livros e sites, sendo estes: G1, Scielo, CNN, Portal da Transparência, SIAFI, Correio Braziliense, Portal do MEC, Google Acadêmico, Portal da FURG e Andifes.

Como base de obtenção de dados, pautamo-nos nas informações obtidas através de sites, tais como: Unafisco, SIOP, e Portal da Transparência. Isto favoreceu o acesso a fontes seguras e atualizadas, regularmente. Em contraponto, alguns fatores dificultaram a construção da análise dos dados encontrados nestes, como a configuração dos sites, que exige certa compreensão tecnológica para uma aplicação adequada e concisa dos filtros de pesquisa. Por vezes, nos deparamos também com nomenclaturas que, para nós, eram, até então, desconhecidas. O que ocasionou certos desafios para estruturação, explanação e análise dos dados.

CONTEXTUALIZAÇÃO DOS GOVERNOS

Iniciamos com informações e dados governamentais investidos na educação pelo

presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), eleito pela primeira vez em 1995 até 1998, sendo reeleito de 1999 a 2003, quando imprime sua marca no país. FHC, foi Ministro da Fazenda no governo Itamar Franco. Neste governo, idealizou e implementou o Plano Real com a promessa de retirar o país da dura realidade econômica que enfrentava, à época.

Assim, no dia 1º julho de 1994 começa a circulação da nova moeda brasileira, o Real. Depois do plano exitoso, o então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, candidata-se à presidência e vence as eleições, haja visto seu grande prestígio, naquele momento. Apesar disto, em seu primeiro ano como presidente, FHC investe bem menos do que fora investido em educação no ano de 1994.

Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), tenta a eleição à presidência três vezes consecutivas, nos anos de 1989, 1994 e 1998. Lula foi eleito pela primeira vez no período de 2003 a 2007. Sendo reeleito para o seu segundo mandato de 2008 a 2011. Durante seus dois mandatos consecutivos, destacamos que seu governo implementou programas e ações que buscassem combater a desigualdade social, em especial no campo educacional, em prol de garantir a todos os indivíduos uma educação pública, de qualidade, gratuita e laica (Padilha, 2015).

No campo educacional tivemos a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento de Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, em substituição ao FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), trazendo mais valorização para todas as modalidades educacionais do recorte da educação básica, para docentes e diversificação de investimento (Padilha, 2015). Como podemos observar no quadro abaixo:

1º mandato de FHC	Valor/Orçamento em milhões (educação e cultura)	2º mandato de FHC	Valor/Orçamento em milhões (educação)
1995	12.488	1999	10.801
1996	11.371	2000	10.616
1997	10.002	2001	11.637
1998	11.651	2002	13.223

Governos de FHC (Fonte: Unafisco, 2006).

No quadro acima é possível observar que, no primeiro mandato de FCH os valores gastos com a educação e cultura – na época o ministério era composto pelas duas pastas – oscilam para menos, ano a ano de sua gestão. Salvo em 1998, cujo valor gasto supera o de 1997, embora decline, novamente, em 1999, no primeiro ano do segundo mandato. Podemos afirmar

que, na sua primeira gestão, o presidente FHC teve dificuldades quanto ao orçamento investido em educação e cultura. A sua segunda gestão, a partir do ano 1999, inicia com orçamento inferior ao último ano da gestão anterior. No ano seguinte, o orçamento investido em educação e cultura, cai mais uma vez, sendo inferior aos anos de 1998 e 1999. Só em 2001, esse segundo mandato de FHC consegue ter um investimento em educação e cultura um pouco melhor. E, enfim, em 2002, há uma vertiginosa mudança positiva em termo de orçamento.

FHC enfrenta uma gestão duramente questionada, mas consegue por o país em rota de desenvolvimento.

Adentramos ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) e apresentamos o quadro abaixo com os valores orçamentários investidos em educação no seu primeiro mandato.

1º mandato de Luiz Inácio Lula da Silva	Valor/Orçamento em milhões (educação)
2003	14.224
2004	14.533
2005	16.188

Governo de Lula (Fonte: Unafisco, 2006).

É possível observar que, já em seu primeiro mandato, o presidente Lula investe, vertiginosamente a mais que o presidente anterior. Desde o primeiro ano de sua gestão, seu compromisso e investimento em educação, supera e muito os investimentos dos governos anteriores. Este investimento em educação, inclusive, segue tendo aumento, nos anos subsequentes.

Após a estabilização do governo do PT, naquele momento, o então presidente Lula, apoia, como candidata às eleições que sucedem seus dois governos, a senhora Dilma Vana Rousseff – formada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – foi ministra de Minas e Energia e chefe da Casa Civil. Assumiu a gerência do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Dilma concorreu a presidência do país em 2010, quando foi eleita presidenta e, em 2014, reeleita.

Dilma torna-se a primeira mulher a ocupar a presidência, ocupando a vaga de 36ª presidente do Brasil. E, por ser mulher, enfrentou várias formas de preconceito e discriminação durante seus governos anos de 2010 a 2014. Vale ressaltar que, neste período, o cenário educacional se tornou um dos grandes destaques desta governança.

Contudo, o segundo governo da presidenta enfrentou muitas perseguições, levando-a a sofrer um golpe em 2016, o que ocasionou o seu impeachment. Aqui, também vale ressaltar

que assumiu o cargo de presidente do país, o então vice-presidente da Dilma, o senhor Michel Miguel Elias Temer (Temer).

Em 2016, o vice-presidente Michel Temer assume a presidência, após o impeachment da ex-presidenta Dilma. Temer deu continuidade ao governo, e permaneceu no cargo até dezembro de 2018. Apesar disto, não concorreu as Eleições Presidenciais de 2018.

Em 2018, Jair Messias Bolsonaro (Bolsonaro) foi eleito presidente do Brasil, assim, conforme Mattos (2020), o mesmo teve cerca de 55% (cinquenta e cinco por cento) de votos. Uma eleição apertada. Este já fazia parte da vida política há cerca de três décadas de mandatos, sendo um como vereador e seis outros como deputado federal.

Seus discursos como presidente eram repletos de “[...] violência da polícia e dos «cidadãos de bem» contra os «bandidos», mas incluindo também a apologia à tortura e à ditadura militar, com fortes doses de misoginia, lgbtfobia, racismo e xenofobia.” (Mattos, 2020, p. 26), para além de ataques a educação pública e as mulheres com o antifeminismo e a valorização do patriarcado. Desta forma, o governo de Bolsonaro foi marcado pelo um alto nível de uma pauta neoliberal na educação com pensamentos anticientificista (Lobo, 2020).

Compreendemos que, a construção e desenvolvimento das políticas públicas empregadas à educação brasileira precisam focar na qualidade, no acesso e nas formas de permanência na escola, o que está posto em Lei desde a Constituição Federal (CF) de 1988, repetido na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional de nº 9394 de 1996 (LDBN), como também no Plano Nacional de Educação (PNE). Apesar disto, não podemos afirmar que estes direitos são ainda de todo assegurados, haja vista que não alcançam todos/as os/as brasileiros/as, segundo dados do IBGE (2019).

O âmbito educacional se atrela a questões financeiras, e depende conseqüentemente destas. Entretanto, as reformas estatais, a exemplo da ocorrida no governo de FHC (1995-2003), alinham-se na perspectiva da redução da responsabilidade do Estado para com a educação e outros direitos sociais.

Com o intuito de obter uma linha do tempo referente aos dados de financiamento educacional, foi realizado um recorte temporal dos investimentos dos anos 1995 a 2022, dividido por gestões presidenciais, a fim de evidenciar em quais governos os investimentos foram mais significativos para a educação brasileira. Concernente a prejuízos orçamentários nesta área, pontuam-se políticas de austeridade fiscal que influenciam diretamente na execução da agenda do Plano Nacional de Educação (PNE - 2014) e no Custo Aluno Qualidade (CAQ).

Com isso, é possível afirmar que, em 1995, o orçamento educacional do governo FHC em comparação ao anterior de Itamar Franco, diminuiu de 6% para 2,67%. (Castro *et al.*, 2003),

ocasionando à Educação sofrer as influências do Banco Mundial (BM) e do Fundo Monetário Internacional (FMI), articulando-se com o Ministério da Educação (MEC) por meio de um viés estratégico de reestruturação neoliberal, considerando necessários apenas os domínios da leitura e escrita, bem como o desenvolvimento de atitudes e competências para o trabalho na Educação Básica, enquanto para os demais níveis sugerem reformas e privatizações.

É relevante que se mencione que no Governo Lula ocorreram grandes mudanças no campo educacional, provenientes das aplicações que se perpetuaram neste período, fruto dos investimentos diretos no campo educacional do país, como resultado do PIB do ano de 2005 ao de 2006, que ultrapassou de 3,9% à 4,4% no planejamento financeiro do período (Guimarães, 2008). Com isso, “[...] no que se refere à educação superior, houve sensível melhora nas condições de custeio e investimento das IFES (Instituições Federais de Educação Superior) [...]” (Pinto, 2009, p. 325).

Atrelado a isto, existe a pressão do setor bancário sobre o Estado, no intuito de que o pagamento das dívidas, que crescem exponencialmente, se sobreponha às necessidades sociais. O ajuste fiscal ocorrido na gestão de Dilma Rousseff pode ser entendido como resultado dessa pressão, em meio a uma crise econômica. Com o golpe institucionalizado, em 2016, a aprovação da Emenda Constitucional 95 (EC 95) integra as características austeras por um período de vinte anos, constituindo-se em um período de congelamento nos investimentos em torno da saúde e educação, e em outras áreas sociais.

A educação é alvo constante de cortes e políticas que designam o sucateamento e redução da atuação do Estado num direito constitucionalmente assegurado. No período de 2018-2022, além da redução pela EC 95, mais congelamentos de verbas aconteceram. O descaso e ataque à educação, no entanto, não é algo recente no Brasil, a exemplo do período de 1964-1986, da ditadura militar, quando professores e alunos foram perseguidos e atacados; e em tantos outros momentos históricos do país.

Em se tratando dos últimos anos, segundo pesquisas, a pasta do Ministério da Educação foi a mais afetada pelos cortes e congelamentos orçamentários, chegando a quase R\$ 3 bilhões. A maior parte dessa política de cortes atingiu a educação superior, como instituições e universidades federais, comprometendo seus funcionamentos. É preciso lembrar que parte da população que compõe esses estabelecimentos são alunos/as da classe social menos favorecida, que usufruem dos diversos programas educacionais existentes, para permanecerem frequentando esses espaços educacionais.

Logo, compreendemos que não há dúvidas que cortes no orçamento da educação ocasionam uma devastação na estrutura político e sócio educacional do país, com áreas de

ensino frequentemente afetadas, sejam elas da educação básica, do ensino médio, da educação superior, da profissionalização, da educação especial, profissional, de projetos sociais, outros.

Contudo, o Portal da Transparência (2022) acentua o orçamento educacional deste ano em cerca de 128,79 bilhões de reais. Sendo a educação superior e profissionalizante as áreas de menor investimento, tendo em média 10% do valor atribuído para a estrutura econômica atual, sinalizando um orçamento restrito e mínimo para a proporção educacional do país.

Segundo o site do G1, o MEC sofre com cortes orçamentários significativos, dentre estes, podemos destacar o de junho de 2022, com a retirada de 1,6 bilhões da educação básica e superior; em outubro, do mesmo ano, com um bloqueio temporário de 328,5 milhões nos Institutos e Universidades Federais; em novembro, ainda de 2022, com o congelamento de 366 milhões. Uma desestruturação orquestrada e acionada no planejamento orçamentário já previsto para o de 2022.

Resultado, as sedes educacionais não utilizaram a verba, o investimento foi mínimo e menos do que o básico para o funcionamento das instituições públicas foi liberado.

Em controvérsia aos cortes e congelamentos realizados nos governos recentes, o Portal do MEC (2022) destaca que nas questões de financiamento e maiores investimentos na área educacional ressaltam-se os governos de FHC e o governo Lula. Neste período, o Brasil destinou grande parte do orçamento público para o MEC, 18,1% de investimento. Além disso, a parcela do investimento público total destinada à educação cresceu 7,6 pontos percentuais no período de 2000 a 2010.

A tabela construída pela SIOP (2022) estabelece como análise, especificamente, o salto temporal, dentre os investimentos orçamentários em *real*, dos governos de Fernando Henrique Cardoso, do Luiz Inácio Lula da Silva, da Dilma Rousseff, do Michel Temer e do Jair Messias Bolsonaro, conforme abaixo demonstrado:





(Fonte: SIOP, 2022)

Os dados exibidos acima, se referem aos valores empenhados, liquidados e pagos dos governos referidos anteriormente. Observa-se que nem todo o valor destinado no orçamento foi utilizado e investido respectivamente na educação brasileira. Na tabela do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), os valores dos anos respectivamente citados deveriam ter sido investidos em novos projetos científicos, educacionais e tecnológicos, para manter o nível de qualidade nas exigências básicas do ensino infantil, médio e superior no Brasil. Porém, é perceptível que estes financiamentos não foram repassados, nem liquidados.

O IMPACTO DOS CORTES ORÇAMENTÁRIOS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR E NA FORMAÇÃO DOCENTE

Foi possível concluir que a educação no Brasil é uma das políticas públicas mais afetadas financeiramente pela governança pública. No entanto, ao contrário do que muitos brasileiros acreditam, esses cortes não afetam apenas os estudantes dessas instituições, mas também seus funcionários (professores, terceirizados, etc.), como também o mantimento da infraestrutura, o desenvolvimento de pesquisas, o funcionamento pleno dos hospitais universitários distribuídos em todo o território brasileiro, entre outros.

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) é responsável por representar universidades federais no diálogo com o governo federal, professores, alunos, a comunidade acadêmica como um todo. Essa associação aponta a existência de 69 universidades federais, localizadas em todo território brasileiro, contabilizando cerca de 1 milhão de estudantes, nas áreas de graduação, pós-graduação, técnico e ensino médio. No entanto, as instituições não são responsáveis apenas pelas formações acadêmicas, mas também por inúmeros projetos de pesquisa e extensão, voltados para a sociedade.

Não podemos esquecer os hospitais universitários, que dispõem atendimento principalmente para as classes populares, dando acesso a tratamento da saúde e a acompanhamento médico. Havendo congelamento ou corte dos investimentos das IFES há uma gama de malefícios para a sociedade em geral, não apenas acadêmica.

Em meio a tudo isto, a formação de professores tem se pautado pelos ideários neoliberais que objetivam atender, unicamente, os desejos do mercado de trabalho, da sociedade globalizada e midiática, resumindo a estes profissionais da educação, a elaboração de atividades alicerçadas na BNCC, para que os alunos tenham em seu processo de ensino, aprendizagem e o desenvolvimento das suas capacidades e habilidades (Lobo, 2020).

De acordo com Lobo (2020), o Governo Bolsonaro tem buscado inspiração nas experiências de outros países, tomando por base, para além da BNCC, as Diretrizes para a Formação de Professores, mas que de acordo com estudos, tem se tornado decepcionante em sua implementação na área educacional.

Diante disto, Lobo (2020) discorre que até o momento a formação dos professores é orientada pelo Projeto Político Pedagógico (PPP) e as Diretrizes de 2015, tendo como foco o ensino teórico e prático, formando docentes autônomos intelectualmente. Mas, as propostas ofertadas pelas Diretrizes da Formação de Professores estabelece que o mais importante é a parte prática, já que os professores estarão sujeitos à BNCC, tornando os mesmos restritos a terem apenas conhecimentos técnico-instrumental, baseando suas formações como objeto de apoio para o mercado de trabalho.

Assim, de acordo com Neto e De Nez (2021), pode-se observar que o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro deixou explícito em seu plano de governo que os alunos da Educação Básica iriam passar por várias avaliações, e os do Ensino Médio estariam sendo preparados para a mão de obra da sociedade.

Enquanto no campo do Ensino Superior o mesmo estabeleceu parcerias com o ensino privado, para que se tivesse o controle ideológico dos estudantes e dos professores, fazendo-se observar que o intuito do ex-presidente era unicamente ter o controle das escolas e instituições de nível superior, onde estas serviriam como local de reprodução da classe trabalhadora da sociedade brasileira, restringindo as pessoas a permanecerem em suas respectivas classes sociais, limitando seus pensamentos, suas ideologias e sua criticidade, evidenciando que tais atos têm como intuito destruir a autonomia política e pedagógica das instituições (Lobo, 2020).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Consideremos que houve diversos cortes nos orçamentos destinados à educação, que afetaram a formação docente, a comunidade acadêmica e a sociedade, e que através da educação formam-se indivíduos pensantes e autônomos, é fácil entender que o sucateamento desta política pública pode ser uma forma de manter a sociedade desinformada e “no cabresto”, sob o controle do Estado, controlando o conhecimento dos indivíduos, mantendo-os sob a sua disposição, como sujeitos passivos.

Estes ideais atendem a grupos políticos específicos, interessados em alienação da população para que se possa agir como queira.

Com base nos dados analisados e trazidos ao longo do texto, conclui-se que desde o ano

2000 até 2010 tivemos uma década com os maiores investimentos destinados ao MEC, sendo de 2000 a 2002 Governo FHC, e de 2003 a 2010 o Governo Lula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo apresenta alguns dados orçamentários do âmbito educacional brasileiro, e discute como este viés afeta a educação básica, superior e a formação de futuros docentes. Através de quadros, apresentamos quanto fora investido na educação e como se desdobra o financiamento educacional no período histórico de 1995 a 2022, dentre os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2003), Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2011), Dilma Vana Rousseff (2011 - 2016), Michel Miguel Elias Temer (2016 - 2019) e Jair Messias Bolsonaro (2019 - 2023).

É notório a variação orçamentária na educação nos últimos anos. Os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2003), Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2011) e Dilma Vana Rousseff (2011 - 2016) apresentam certa estabilidade em investimentos no orçamento educacional, principalmente nos contextos de educação básica e superior.

A educação brasileira não evolui, assustadoramente, porque a política do Brasil incide diretamente. Por fim, é compreendido que a educação de qualidade é significativa para todos/as, e por isso está é tão afetada e alvo de constantes cortes e congelamentos. Porquanto, para que esta seja implementada de forma efetiva, requer investimentos devidos, assim, é dever da população apoiar governantes que planejem e atuem a favor da mesma, e caso aconteça o contrário, lutem a favor dos seus direitos como cidadãos.

REFERÊNCIAS

Andifes. Disponível em: https://www.andifes.org.br/?page_id=261. Acesso em: 02, dez. 2022.

CASTRO, Jorge Abrahão De et al. Evolução do gasto social federal: 1995-2001. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)**, 2003.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed.. São Paulo: Atlas, 2002.

GUIMARÃES, Ana. Investimento melhora índices da educação. **Gov.br**, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/214-296700251/11538-sp-1733852699> Acesso em: 01/11/2023

LOBO, Sônia A. Políticas para a educação sobre o Governo Bolsonaro e seus impactos sobre a formação de professores. **Goiáís: SINTEF-GO**, p. 1-16, 2020.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Governo Bolsonaro. Neofascismo e autocracia burguesa no Brasil**. São Paulo, Usina Editorial, 2020.

NETO, E; DE NEZ, Egeslaine. Governo Lula, Dilma e Bolsonaro: as políticas públicas educacionais seus avanços, reveses e perspectiva. **INTERAÇÃO, Curitiba**, v. 21, n. 3, p. 121-144, 2021.

PINTO, José Marcelino de Rezende. O financiamento da educação no governo Lula. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 25, n. 2, p 323-340, 2009.

PADILHA, Caio Augusto Toledo. A política de Educação Especial na era Lula (2003-2011): uma opção pela inclusão. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 15, n. 66, p. 160-177, 2015.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. **Portal da Transparência – Controladoria–Geral da União**, 2022/2023. Disponível em: <<https://portaldatransparencia.gov.br>>.

SANTOS, Sandro. Dilma aborda conquistas e investimentos ao falar na assembleia da ONU. **Portal do MEC**. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/investimentos-em-educacao> Acesso em: 02, dez. 2022.

SIAFI. Painel do orçamento Federal. **SIOP**, 2022. Disponível em: <https://www1.siop.planejamento.gov.br/> Acesso em: 02, dez, 2022.

UNAFISCO. **Unafisco Sindical – São Paulo**, 2006. Disponível em: <<http://www.unafiscosindical-sp.org.br>>.